



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

CURSO DE GRADUAÇÃO EM

ANTROPOLOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CRIAÇÃO DO CURSO

REUNI - UFMG

Comissão:

Prof.Dr. Eduardo Viana Vargas, DSOA - FAFICH-UFMG (Coordenador)

Prof. Dr. Ruben Caixeta de Queiroz, DSOA - FAFICH-UFMG

Prof. Dr. Andrés Zarankin, DSOA - FAFICH-UFMG

Belo Horizonte – MG

Abril 2009

I – Introdução: Marco referencial

A antropologia em geral, e a arqueologia e a antropologia social em particular, são disciplinas que se constituíram cientificamente na virada do século XIX para o XX e que, ao longo do último século, se desenvolveram nos principais centros de excelência acadêmica mundiais, sendo oferecidas formações graduadas e pós-graduadas nestas áreas em boa parte dos países do mundo.

No Brasil, a antropologia social é uma área que se encontra consolidada em termos de formação pós-graduada, e que se encontra presente em muitos cursos de graduação do país, notadamente nos de Ciências Sociais. É que, entre os dois modelos básicos de institucionalização da área – o americano, que privilegia as interfaces da antropologia social/cultural com a arqueologia, a lingüística e a antropologia física/biológica (e nomeia o conjunto simplesmente de “antropologia”, ou então de os “quatro campos” – *four fields*), e o francês, que privilegia as interfaces da antropologia social/cultural com a sociologia e a ciência política (e nomeia o conjunto de “ciências sociais”) –, a implantação da área no país tem sido, em linhas gerais, mais próxima do segundo modelo do que do primeiro.

O ensino graduado da antropologia no Brasil, que até a década de 1950 era ofertado, fundamentalmente, nos cursos de geografia e história, com a reforma universitária instaurada na década de 1970 e a criação dos cursos de graduação em ciências sociais passou a ser garantido, juntamente com os ensinamentos de ciência política e sociologia, como uma das três disciplinas básicas que compõem o tripé da formação graduada da carreira profissional do cientista social¹. Este modelo tem, em linhas gerais, sido bem sucedido no país, sobretudo naquelas universidades que, como a nossa, mantêm uma participação equânime da antropologia, da ciência política e da sociologia nos cursos de ciências sociais conjugada com um grau mais ou menos considerável de flexibilização curricular e de integração com os cursos de pós-graduação em cada uma das três áreas distintas². Entretanto, embora consideremos que este modelo não deva ser abandonado ou relegado a segundo plano, acreditamos ser necessário compensar minimamente o sacrifício das demais áreas de interface da antropologia social preconizadas pelo outro modelo, propondo a criação de um curso de graduação em Antropologia com duas áreas de habilitação, uma em Antropologia Social, outra em

1 GROSSI, Miriam Pillar. “Ensino de Antropologia: uma ‘velha’ história na ABA”. In GROSSI *et alli*. *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

2 Outras características da institucionalização destas áreas no país dizem respeito às pós-graduações e às associações científicas nestas áreas, que configuram, senão um caso único, ao menos um bastante peculiar: por um lado, no que diz respeito aos cursos de pós-graduação, a tendência tem sido a de programas dedicados a cada uma das áreas, em substituição aos programas de pós-graduação em ciências sociais ou aos programas de pós-graduação em sociologia mais generalistas, onde antropologia e ciência política muitas vezes se abrigaram – sinal disso é que antropologia, sociologia e ciência política configuram áreas diferentes no organograma da CAPES; por outro lado, enquanto a Sociedade Brasileira de Sociologia e a Associação Brasileira de Ciência Política estão em fase de consolidação, a Associação Brasileira de Antropologia é mais antiga e existe desde a década de 1950, sendo que todas as três promovem atualmente encontros bienais, além de um encontro anual organizado por uma entidade que congrega as três áreas, a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Arqueologia, e com disciplinas obrigatórias e optativas em lingüística e biologia, entre várias outras.

A oportunidade de criação deste curso na UFMG se destaca caso consideremos a situação da Arqueologia no país. Se houve no Brasil, até há pouco tempo, um curso de graduação em arqueologia (já extinto e que funcionava numa faculdade privada, a Estácio de Sá, do Rio de Janeiro), se nos últimos anos foram criados alguns poucos curso de graduação na área (sobretudo em faculdades privadas, como é o caso da Universidade Católica de Goiás), o ensino graduado em arqueologia praticamente ainda inexistente no país. Nestes poucos casos, o modelo adotado é mais francês que americano, com a arqueologia estando mais próxima da história do que das disciplinas das ciências sociais³. Entretanto, em vários outros países das Américas (por exemplo, na Argentina, no México, nos Estados Unidos ou no Canadá) ou mesmo em um ou outro país europeu (como a Inglaterra), onde a antropologia social e a arqueologia são tratadas numa perspectiva conjunta, sendo ofertadas articuladamente em cursos de graduação, o que ampara nossa proposta de criação de um curso de Antropologia com áreas de habilitação em Antropologia Social e em Arqueologia.

São muitos os sinais que atestam que a antropologia social e arqueologia estão crescendo no país (e no mundo). Entre eles contam-se a multiplicação de cursos de pós-graduação, a crescente presença destas áreas em cursos de graduação de ciências sociais e história, notadamente, bem como a existência de novos projetos, inclusive no contexto do REUNI, de criação no país de cursos próprios de antropologia ou de arqueologia (mas não de um curso que habilite em antropologia social e em arqueologia e que deliberadamente aposte nesta interface, como ocorre em outros centros mundiais e como pretende ser o caso daquele que estamos aqui propondo). Mas entre eles também se contam o crescimento de postos de trabalho (e por demanda qualificada) nestas áreas, sejam os acadêmicos propriamente ditos, sejam os extra-acadêmicos, como os provenientes das instituições e agências governamentais, das organizações não governamentais e da iniciativa privada.

Um aspecto de fundamental relevância concerne o fato de que o Brasil, pelas suas características históricas e culturais, possui um considerável potencial para o desenvolvimento de estudos arqueológicos e antropológicos. Essa riqueza, reconhecida há longa data, vem sendo explorada com relativo sucesso pela antropologia e pela arqueologia que têm sido feitas no país, ainda que, sobretudo neste último caso, de modo particularmente heróico, por vezes também temerário. Nos últimos tempos, o aumento da preocupação com a preservação do ambiente e do patrimônio cultural, material ou imaterial, a crescente relevância dos movimentos étnicos e culturais os mais diversos (como os que reivindicam terras para índios e quilombolas, para barrageiros, sem-terras e outros sem-teto, ou os que reivindicam cotas para negros, índios e pobres, descriminalização do aborto e do uso de drogas, criminalização da homofobia, do racismo, da violência sexual e da violência doméstica, entre inúmeros outros) e o debate público em torno de espinhosos problemas culturais (como os que envolvem garantia de desenvolvimento econômico, político e social e preservação dos patrimônios culturais e ambientais, liberdade de crença religiosa e livre exercício da ciência, oportunidades iguais para

³ O caso da arqueologia na UFMG é peculiar, já que aqui ela está mais próxima da antropologia do que da história.

todos e respeito às diferenças), têm feito crescer consideravelmente a demanda por formação profissional nestas áreas.

Por um lado, a precária formação graduada em arqueologia fornecida no país até o momento contrasta, portanto, com um significativo crescimento do campo de trabalho que, de início puramente acadêmico, passou a ser ocupado quase totalmente pela iniciativa privada por meio da assim chamada “arqueologia de contrato”, cujo objetivo muitas vezes se reduz a avaliar os impactos ambientais dos grandes projetos (represas, estradas, linhas de energia, gasodutos) sobre determinados sítios arqueológicos para, em seguida, liberar o terreno para as obras. Se a arqueologia de contrato se impõe como um meio de se evitar a perda definitiva de parte significativa de nosso patrimônio cultural e arqueológico, é entretanto extremamente preocupante que tais atividades venham sendo desenvolvidas por um número crescente de profissionais sem a devida qualificação científica, técnica e ética necessária.

Por outro lado, à sua maneira, diante da expansão do mercado de trabalho na área, notadamente em resposta à crescente demanda por consultorias, perícias e laudos antropológicos, por relatórios de impacto ambiental e sobre comunidades tradicionais – os quais vêm sendo solicitados pelas agências do Estado, pelo Ministério Público, por organismos multilaterais e pelas organizações não-governamentais –, e diante da fraca presença de matérias que preparem adequadamente os futuros profissionais para estas atividades em cursos de graduação e pós-graduação no país, a antropologia brasileira também enfrenta um dilema em confiar tais atividades a profissionais pouco qualificados.

A UFMG, por sua vez, abriga condições muito favoráveis para a implantação de um curso de Antropologia, com habilitações em Antropologia Social e em Arqueologia, capaz de contribuir de modo significativo para alterar este quadro. Isto porque o ensino e a pesquisa em antropologia e em arqueologia que se fazem há muito tempo na UFMG vêm firmando tradição em ambas as áreas, atuando há décadas no âmbito da graduação e, de maneira mais firme e articulada nos últimos quatro anos, no da pós-graduação.

Assim, em 1966, às vésperas da Reforma Universitária, eram lecionadas doze disciplinas de antropologia em vários cursos de nível superior da UFMG, notadamente no de Ciências Sociais. Essas disciplinas envolviam, então, mais de 500 alunos da casa, sendo quase 800 o total de alunos matriculados. Com a Reforma Universitária deu-se a fusão dos cursos de graduação em Ciências Sociais e em Sociologia e Política então existentes, que resultou num único curso de Ciências Sociais que abrigava, com participação nitidamente diferenciada, as especialidades da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política. Esta situação só viria a mudar na década de 1990, quando a reforma curricular do curso de Ciências Sociais então promovida equilibrou a presença das áreas de antropologia com as de ciência política e de sociologia do curso de graduação, aumentou a flexibilidade do curso e contribuiu para que ele viesse a ser um dos mais conceituados cursos de graduação em Ciências Sociais do país. Além disso, desde o início da década de 1980 a antropologia atua em cursos de pós-graduação, inicialmente na pós-graduação em Sociologia (notadamente na área da “sociologia da cultura”) e, a partir dos últimos quatro anos, na pós-graduação em Antropologia, que tem por marca distintiva oferecer duas áreas de concentração, uma em Antropologia Social, outra em

Arqueologia, tal como, guardadas as devidas diferenças de nível, está sendo proposto pelo curso de graduação em Antropologia de que trata este Plano de Ensino.

Quanto à Arqueologia, ela está presente na UFMG ao menos desde 1975, quando o arqueólogo André Prous entrou para os quadros da universidade para montar um centro de pesquisas arqueológicas. Após o curso de extensão em Arqueologia então promovido por este centro, e com a contratação de mais três pesquisadores nele formados, foi constituído o Setor de Arqueologia da UFMG, instalado no Museu de História Natural com os professores/pesquisadores lotados no Departamento de Sociologia e Antropologia. Este Setor, então concebido como núcleo inicial de um futuro Museu do Homem de Minas Gerais (projeto em cuja elaboração participou Darcy Ribeiro, mas que não foi adiante), consolidou sua atuação nos campos do ensino, da pesquisa e da divulgação, tendo se tornado rapidamente um dos centros de treinamento e pesquisas em Arqueologia mais ativos do país. Hoje, além do ensino e da pesquisa na área de pré-história (sobre as ocupações pré-colombianas), a arqueologia da UFMG conta com uma importante produção na área histórica (sobre as sociedades escravagistas e coloniais). No entanto, o ensino de arqueologia, na graduação, limitou-se até a data atual a uma oferta de um leque de disciplinas optativas no curso de ciências sociais; e só recentemente começou a atuar em cursos de pós-graduação *stritu sensu*, ao se tornar co-responsável pela pós-graduação em Antropologia da UFMG, onde oferece uma das áreas de concentração.

Em suma, a UFMG abriga condições muito favoráveis para a implantação de um curso de Antropologia tal como o proposto por reunir antropólogos e arqueólogos com experiência em cursos de graduação e pós-graduação, por contar com laboratórios e núcleos de pesquisa consolidados em ambas as áreas e por abrigar um curso de pós-graduação cujo diferencial (diferencial que, entretanto, encontra respaldo na experiência acumulada em diversos outros centros mundiais de ensino) consiste precisamente em apostar na interface entre estas duas áreas, ou seja, aquele mesmo diferencial que o curso de graduação em Antropologia que aqui se propõe pretende oferecer⁴.

É assim que a criação de um curso de graduação em Antropologia com habilitações em Antropologia Social e Arqueologia na UFMG pretende contribuir para suprir as lacunas e responder às novas demandas de formação antropológica e arqueológica graduada, oferecendo ao estudante uma formação acadêmica que contemple não só os recursos

4 A UFMG não é a única universidade brasileira se mostrar sensível a esta situação. Assim, no contexto do REUNI, além da UFMG, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal Fluminense estão propondo a criação de cursos de graduação específicos em antropologia, enquanto a Universidade do Sergipe propõe um curso de graduação específico em arqueologia. Além disso, cursos de graduação em Museologia, com uma forte ênfase nos ensinamentos da antropologia e da arqueologia, estão sendo criados na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal de Pernambuco. Há estudos de criação de um curso de graduação em antropologia na Universidade da Bahia e na Universidade de Brasília, enquanto os planos de criação de um curso de graduação em antropologia na UFRGS, também cogitado, parece ter sido adiado. A criação destes cursos sem dúvida contribuirá para uma consolidação de uma identidade profissional do antropólogo e do arqueólogo no país, além de atender às demandas de um mercado de trabalho específico nestas áreas e de contribuir para seu desenvolvimento científico. A iniciativa da UFMG se soma a outras em curso, mas com um grande diferencial a nosso favor, aquele que consiste em apostar na formação compartilhada de antropólogos sociais e de arqueólogos em um mesmo curso de graduação em antropologia.

metodológicos para a pesquisa científica, mas também os elementos necessários para o exercício crítico do pensamento e da ética profissional nestas áreas vitais para a compreensão e a valorização da diversidade dos grupos humanos que povoaram e que povoam não só o Brasil, mas toda a América e o mundo.

II – PROPOSTA CONCEITUAL

O curso de Antropologia cuja criação estamos propondo tem por objetivo transmitir conhecimentos e oferecer competências necessários para uma análise crítica da unidade e da diversidade do fenômeno humano tal qual ele se manifesta nas dimensões simbólicas e materiais da pré-história às sociedades contemporâneas. Pretende-se formar um profissional qualificado para o ensino e a pesquisa acadêmica nas áreas de antropologia e arqueologia, para o exercício de atividades ligadas à museologia e ao patrimônio material e imaterial, e, enfim, para a preparação e produção de laudos técnicos relativos, entre outros, ao campo das populações tradicionais e seus territórios, dos direitos humanos, das populações e minorias em situação de risco, dos sítios e bens históricos e pré-históricos em situação de risco face aos projetos de desenvolvimento. Pretende-se que o curso de graduação em Antropologia da UFMGs possibilite o entendimento mais amplo do fenômeno humano considerando-o a partir das perspectivas da antropologia social ou cultural e da arqueologia tratadas de modo específico e conjuntamente, com aportes das áreas de lingüística e de bioantropologia, além da sociologia, da filosofia e da história. Ou seja, o curso pretende resgatar no Brasil o ensino de antropologia numa perspectiva interdisciplinar que congrega antropologia social/cultural, arqueologia, lingüística e antropologia biológica, sem perder de vista as interfaces com outras disciplinas, sobretudo as das humanidades.

O curso de graduação em Antropologia oferecerá anualmente 40 vagas de vestibular, com entrada prevista no primeiro semestre letivo de cada ano. Ele será oferecido no período noturno, embora esteja previsto que, em algumas matérias ao longo do curso, sobretudo a partir da metade dos diferentes percursos, os estudantes tenham disponibilidade para realização de atividades de pesquisa em outros horários. Ele está previsto para ser concluído em, no mínimo 7 semestres e, no máximo, 14 semestres. Os estudantes deverão cumprir um total de 2400 horas/aula ou de 160 créditos ao longo deste período.

O curso de Antropologia oferecerá duas habilitações, uma em Antropologia Social, outra em Arqueologia. A Antropologia Social estuda os povos do mundo, indaga o que eles fazem, como se sustentam, como pensam e como se organizam socialmente. Estabelecendo contato aprofundado com outros povos do mundo (mesmo que eles sejam nossos vizinhos), aprendendo a conversar e a interagir com os diferentes, (mesmo que eles sejam nossos parentes), ou seja, realizando *pesquisas de campo*, os antropólogos e as antropólogas sociais geralmente produzem *etnografias*, isto é, descrições aprofundadas dos costumes e dos modos de vida de outros coletivos humanos. Eles (e elas) também comparam diferentes culturas e sociedades para melhor entender a natureza humana. E com isso têm contribuído para melhor compreender as maneiras como lidamos com as questões políticas e culturais no mundo contemporâneo. Já a Arqueologia estuda também os povos do mundo, mas sobretudo, embora não somente, aqueles que não mais existem. Ela está interessada em saber o que eles faziam, como se sustentavam e como se organizavam socialmente, e, através destes estudos, está interessada em melhor compreender ou prever a sociabilidade humana no presente e no

futuro. Desta forma a Arqueologia está principalmente preocupada em investigar as culturas e os modos de vida do passado, e do presente, a partir da análise de vestígios materiais. Por isso os arqueólogos e as arqueólogas realizam *escavações* de *sítios* arqueológicos, recolhem os vestígios produzidos por grupos humanos que habitaram o local, catalogam estes vestígios, descrevem-nos e os analisam, com o intuito de compreender como viviam os povos do passado ou como vivemos hoje.

Os candidatos deverão prestar vestibular para o curso de Antropologia, devendo a habilitação ser escolhida ao longo dos primeiros semestres do curso, e estando facultada a possibilidade de dupla habilitação com um pequeno acréscimo no tempo de formação (cerca de um ano).

A matriz curricular está dividida em disciplinas obrigatórias do tronco comum, ou seja, disciplinas obrigatórias para todos os alunos, em disciplinas obrigatórias das áreas, ou seja, disciplinas obrigatórias que variam conforme a área de habilitação escolhida, e que servem como disciplinas optativas para os estudantes que optarem pela outra habilitação, em disciplinas optativas da área de habilitação escolhida, e que servem também como disciplinas optativas para a outra habilitação, em disciplinas optativas escolhidas entre as obrigatórias da outra área de contração, em disciplinas optativas escolhidas entre as optativas da outra habilitação, em disciplinas optativas gerais, e em disciplinas eletivas.

A matriz curricular reúne, portanto, um núcleo de disciplinas obrigatórias de interface entre as áreas de antropologia social e de arqueologia e também com outras áreas disciplinares, um núcleo de disciplinas obrigatórias e outro de disciplinas optativas de cada área, um conjunto de disciplinas optativas de interface ou em outras áreas, além de disciplinas eletivas.

Entre as disciplinas oferecidas pelo curso, dois conjuntos merecem especial destaque: aquele que contempla disciplinas na área do patrimônio cultural e sobre produção de laudos antropológicos e arqueológicos, que visa suprir lacuna na atuação de antropólogos e arqueólogos anteriormente mencionada; e aquele que contempla as disciplinas obrigatórias de pesquisa antropológica e pesquisa arqueológica, que visa dar oportunidade aos estudantes de se envolverem, da metade do curso de graduação em diante, com a prática das atividades de pesquisa que conformam as bases das atuações profissionais de antropólogos e de arqueólogos, de modo a assim contribuir para minimizar os efeitos perversos da redução dos tempos de formação na pós-graduação que tem limitado de modo considerável a realização de pesquisas antropológicas e arqueológicas.

Um terceiro conjunto também merece ser destacado, a saber, aquele constituído por disciplinas de tipo seminário, conduzidos do ponto de vista dos estudantes, e por atividades passíveis de serem creditadas, como produção de ensaios bibliográficos, publicações e participações em eventos, experiências de pesquisa de iniciação científica, de monitoria e de extensão.

Além disso, cabe destacar que o curso pretende uma sólida base formativa para a compreensão da sociedade e da cultura brasileira em épocas remotas ou contemporâneas e nas suas diferentes matrizes: a européia, a indígena, a africana e a asiática, notadamente.

Desta forma, o ensino articulado da antropologia social e da arqueologia permitirá uma melhor compreensão daqueles grupos marginais do ponto de vista do lugar que ocuparam e que ocupam na sociedade e no ideal de nação brasileira: índios e negros, principalmente. Os textos e pesquisas produzidas no escopo do curso de Antropologia, através, por exemplo, das perguntas formuladas a partir de uma etnografia da sócio-cosmologia indígena, das narrativas e discursos dos índios emergentes, das escavações arqueológicas de antigas aldeias, quilombos e senzalas, aliadas à pesquisas etnográficas e arqueológicas de outros fenômenos contemporâneos, como os grupos urbanos, os fenômenos religiosos e as inovações técnicas e científicas, devem fornecer novos elementos para interpretar e compreender as sociedades pré-colombianas, o fenômeno da resistência e da emergência étnicas, os modos de vida e de trabalho do período escravagista, os movimentos camponeses, as manifestações contemporâneas em favor e de resistência às políticas de afirmações étnicas, entre vários outros tópicos de importância capital para a compreensão do mundo contemporâneo, sobretudo da realidade brasileira.

O curso de graduação em Antropologia proposto articula-se de diferentes maneiras com vários outros cursos da UFMG. Assim, a matriz curricular deste curso é muito diferente daquela do curso diurno de graduação em ciências sociais oferecido pela UFMG e no qual a antropologia é uma das áreas fundamentais. Os perfis dos cursos são diferentes, as propostas pedagógicas também, as matrizes curriculares idem. Mas eles podem e devem ser encarados como oferecendo habilidades complementares, já que, como ambos funcionam em regime de flexibilidade curricular, e como ambos oferecem um elenco diferente de disciplinas, e em diferentes períodos, é possível conceber uma interação proveitosa entre os dois cursos, de modo a que ambos venham a ganhar em suas capacidades formativas com esta interação. Além disso, por ocasião dos pedidos de anuência aos departamentos de Filosofia e de História da FAFICH, e à Faculdade de Letras, ficou acertada a contrapartida da oferta de disciplinas obrigatórias por parte da Filosofia e da Letras, e de vagas em disciplinas optativas do departamento de História, em troca da oferta de vagas a alunos dos cursos de Filosofia, História e Letras no curso de graduação em Antropologia, de modo a promover um intercâmbio mais explícito entre os estudantes destes cursos e de modo a otimizar a oferta de disciplinas mediante o princípio da flexibilidade curricular.

O curso de graduação em Antropologia noturno não oferecerá a opção licenciatura, mas apenas o bacharelado em Antropologia com habilitação em Antropologia Social e habilitação em Arqueologia. Neste sentido, o curso noturno de Antropologia enfatizará uma perspectiva transdisciplinar privilegiada com três outros cursos de graduação ofertados também no período noturno: os de história, já existente, e os de filosofia e de ciências sócio-ambientais, que estão sendo criados no contexto do REUNI. Além disso, e em regime de flexibilidade curricular, espera-se que os estudantes que optarem pela habilitação em antropologia social também possam ampliar sua formação cursando disciplinas eletivas em áreas como a geografia e a comunicação; enquanto espera-se que os que optarem pela arqueologia busquem contribuições de disciplinas das ciências da vida e da terra, como a geomorfologia, a paleozoologia e a paleobotânica, entre outras.

Além disso, conforme já comentado, o curso de graduação em Antropologia tem por objetivo ofertar uma formação nos “quatro campos” da antropologia (embora enfatize

particularmente dois deles), conforme o modelo americano: aquele relativo à linguagem e aos sistemas simbólicos, aquele que concerne a bioantropologia e a ecologia cultural, aquele que diz respeito à arqueologia, e aquele que se refere à antropologia social e cultura. No caso do campo da linguagem e dos sistemas simbólicos, trata-se de fornecer aos alunos elementos que os permitam entender: os sistemas lingüísticos como modelos para conceituar outros fenômenos sociais, tais como os mitos e os sistemas de parentesco; a linguagem falada, a escrita, a gestualidade, a imagem e o som; a diversidade do comportamento comunicativo, a conversação face à face, os gêneros do discurso, os códigos sociais da linguagem; as teorias relativas à transformação lingüística e à consideração da lingüística histórica como instrumento de estudo do passado, em paralelo com a arqueologia, a mitologia comparada e a antropologia biológica; e os efeitos do contato entre grupos de línguas diferentes, a manutenção da língua entre grupos minoritários, o uso dos textos tradicionais em contexto de imigração, o uso poético da língua e sua conexão com a cultura, os estilos lingüísticos e comunicativos dos dois sexos, etc. Já no caso da bioantropologia e ecologia cultural, trata-se de fornecer aos estudantes elementos que os permitam entender: a natureza e as causas da variabilidade biológica entre os indivíduos de uma mesma população ou de populações diferentes, bem como o estudo das complexas relações entre biologia e cultura, de um lado, e entre meio ambiente e sociedade, de outro. Quanto à antropologia social ou cultural, trata-se de fornecer aos alunos elementos que os permitam entender: a variabilidade social e cultural das sociedades humanas, seja na perspectiva de sua organização tradicional (parentesco, política, economia, relação entre sexos, religião, ecologia, saúde e corpo, gestualidade, direito, tecnologia, etc.), seja na perspectiva da vida contemporânea (migração, exílio, produção cultural, globalização, inovações científicas e tecnológicas, etc.); bem como a produção e a circulação dos produtos culturais de todos os tipos: objetos, imagens, sons, artefatos, performances, rituais, ciência, religião, tecnologia, etc. Quanto à Arqueologia, por sua vez, trata-se de fornecer aos estudantes elementos que os permitam entender: as sociedades humanas através dos vestígios materiais de suas produções e de suas práticas sócio-culturais, sejam eles provenientes da cultura material (indústria lítica, cerâmica, restos de ossos humanos e não-humanos), sejam eles pinturas rupestres, vestígios de organização do espaço das habitações e dos locais de trabalho das sociedades pré-históricas e históricas, ou outros.

A matriz curricular do curso, com sua estruturação em duas habilitações articuladas e seu grau de flexibilização, os temas integradores do conhecimento presentes e interligados ao longo do curso, os tipos de atividades acadêmicas geradoras de crédito, a carga horária total do curso, sua duração em semestre e a periodização, além de informações concernentes ao percentual da carga horária teórica e prática, bem como os processos de interação entre elas, encontram-se discriminados nos formulários que acompanham esta proposta.

Quanto ao perfil do egresso, o curso pretende, em primeiro lugar, habilitar profissionais qualificados para dar seguimento à carreira acadêmica nas áreas da antropologia social e da arqueologia, e, em segundo lugar, para atuar no mercado de trabalho como consultores ou técnicos de nível superior de agências governamentais, não governamentais, e multilaterais na produção de perícias e laudos técnicos e na conservação, guarda e divulgação de bens culturais. Assim, os bacharéis em antropologia (com habilitação em antropologia social ou em arqueologia) podem atuar em vários lugares. Como exemplo, citamos: nos laboratórios para analisar os vestígios deixados por populações desaparecidas; nas pequenas e

grandes cidades para recolher depoimentos e observar o desenrolar da vida cotidiana; nos campos de refugiados para testemunhar as mudanças radicais dos modos de vida; nas bibliotecas e arquivos a fim de desvendar as línguas e outras manifestações da riqueza de expressão típica de nossas humanidades; nos museus e exposições de bens materiais e imateriais de nossa cultura e de outras culturas; em sítios atualmente esquecidos, outrora povoados, para avaliar como as tecnologias menos complexas permitiram a elaboração de soluções engenhosas aos problemas da vida; em ilhas e outros lugares distantes para reconstruir como a troca de mercadorias tornou-se também uma troca de idéias e de valores; nas galerias comerciais para estudar os fenômenos como a moda e a música; nos bares e clubes para observar os meios utilizados para se socializar; nos restaurantes que se tornaram lugar de encontro para pessoas que querem afirmar uma identidade compartilhada pelo simples gesto de comer em conjunto; em *fast foofs* para ver como os indivíduos sozinhos se comportam como se eles fizessem parte de uma comunidade; em *happy hours*, lançamentos de livro ou vernissages para constatar como a “cultura” (no sentido de “alta” cultura) pode servir a elevar barreiras no interior de uma comunidade; em salões e cozinhas para observar como a intimidade individual coloca em cena dinâmicas culturais importantes, mas banalizadas pelo hábito; em casas para ver como as formas de parentesco tradicionais e novas se entrecruzam e se recompõem; em sítios da internet para estudar como as pessoas criam pseudo-identidades que às vezes terminam por definir suas individualidades; em cerimônias e rituais para estudar a maneira pela qual as pessoas pertencem a uma comunidade; em espaços religiosos para ver como o sacrifício de um animal pode ligar o humano e o não-humano do universo social; em um campo de esporte para constatar como a agressão ritualizada e o controle de si mesmo tornam-se uma metáfora possante da sociedade; em um laboratório para analisar como o DNA e os traços morfológicos das populações dispersas de hoje em dia demonstram que uma ligação genealógica os uniam no passado; em uma floresta equatorial para observar os paralelos fascinantes entre as sociedades dos grandes macacos e nós mesmos; em cavernas para ver como nossos ancestrais biológicos tornaram-se humanos; em um museu para comparar diversos exemplos de produções culturais, projeções de identidades sociais; em salas de conselhos das empresas para estudar como uma decisão econômica pretendida “racional” pode estar condicionada por sentimentos idealizados; em um clínica para notar a maneira pela qual as pessoas e as instituições médicas podem colocar em cena visões divergentes do corpo e do bem-estar; em uma escola para melhor compreender a maneira pela qual nós transmitimos regras de vida por uma disciplina do corpo, da língua e da memória; em um tribunal a fim de analisar como a lei e os sentimentos de justiça estão freqüentemente em desacordo; em um conselho informal de velhos no meio de uma clareira da aldeia para observar como as pessoas regulam as questões de acesso aos recursos; em escritórios de funcionários e de políticos para estudar a maneira pela qual o poder é exercido; em uma aldeia bilíngue para analisar como passar de uma língua à outra pode paradoxalmente unir a comunidade; e por aí vai.

O curso prevê que os estudantes possam fazer uma formação livre ou uma formação complementar aberta. No mínimo 4 créditos e no máximo 24 créditos poderão ser destinados à formação livre, enquanto a formação complementar aberta exige a realização de 24 créditos.

O curso de graduação em Antropologia compreende disciplinas regulares ofertadas de modo tradicional (aulas expositivas) com auxílio de equipe de monitores, práticas laboratoriais

de pesquisa em antropologia e arqueologia (disciplinas práticas dedicadas à realização de atividades de pesquisa), seminários dirigidos por estudantes sob a supervisão de professores e monitores (onde os tópicos em discussão são elencados, dentro da proposta de cada matéria, por iniciativa dos próprios alunos), uma monografia de conclusão de curso que deverá sintetizar um trabalho de pesquisa empírica e bibliográfica realizado ao longo do curso, e que será avaliado perante banca examinadora composta por um orientador e um examinador em rito de defesa pública, e por atividades diversas propiciadoras de créditos como ensaios bibliográficos, publicações e participação em eventos por parte dos alunos, e participação em pesquisas de iniciação científica, em atividades de monitoria e em projetos e extensão.

Quanto aos procedimentos de ensino-aprendizagem, o curso de graduação em Antropologia prevê acompanhamento e avaliação regulares dos alunos nas disciplinas (sob a forma de avaliações escritas, trabalhos de conclusão das disciplinas, seminários, fichamentos e participação, basicamente), nos seminários (através da participação, de trabalhos escritos e de apresentações e debates orais), e nas atividades propiciadoras de créditos, através dos produtos correspondentes a estas atividades (certificados de participação e de publicação, relatórios de atividade e de conteúdo, ensaios bibliográficos, etc). Quanto aos procedimentos de avaliação sistemática do curso, eles consistirão basicamente naqueles já existentes na universidade, que compreendem avaliação rotineira do curso por parte do colegiado, avaliação dos docentes e dos discentes, e avaliação dos órgãos superiores (Prograd, MEC, etc.).

III – PARÂMETROS OPERACIONAIS

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas é, por seu histórico na UFMG, por abrigar os principais cursos que mantêm interface com o de graduação em Antropologia e por abrigar os profissionais atuantes nas áreas de antropologia e de arqueologia desta universidade, é certamente o local adequado para abrigar este curso de graduação cuja criação estamos propondo.

O curso está previsto para começar suas atividades no primeiro semestre de 2010. Serão oferecidas 40 vagas anuais em uma entrada. O turno de funcionamento do curso será noturno, embora esteja previsto que os estudantes do curso realizem atividades de pesquisa, sobretudo a partir da metade do curso, em outros horários. As provas indicadas para o curso de Antropologia na segunda fase do vestibular são Redação, História e Geografia. A titulação a ser conferida aos formados será a de Bacharel em Antropologia, com habilitação em Antropologia Social ou em Arqueologia, ou em ambas, caso o estudante cumpra todos os requisitos necessários. O Colegiado do curso deverá ser composto por quatro professores do curso, sendo um antropólogo, um arqueólogo, um terceiro antropólogo ou arqueólogo, e um quarto representante das demais áreas e disciplinas envolvidas pelo curso, além da representação discente regulamentar.

IV – VIABILIZAÇÃO DO CURSO

Quanto à viabilização do curso, no que diz respeito ao espaço físico, o curso conta com a garantia da construção do Pavilhão de Aulas destinado às disciplinas das Humanidades previsto no projeto REUNI, embora esteja sendo tentada junto à FAFICH, e a título provisório, a possibilidade do início de seu funcionamento nas dependências atualmente existentes. Com o novo Pavilhão de Aulas a FAFICH será capaz de abrigar adequadamente as atividades administrativas previstas pelo novo curso, bem como os gabinetes dos docentes e os laboratórios de pesquisa ligados ao curso. É de interesse do curso que parte da verba destinada pelo REUNI à sua efetivação seja destinada ao incremento dos laboratórios existentes e à criação de um sítio-escola de escavação arqueológica e de um laboratório de produção e edição de recursos audiovisuais. Quanto ao acervo bibliográfico disponível, o sistema de Bibliotecas da UFMG, e em particular a Biblioteca da FAFICH e a do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da UFMG, contam com um expressivo acervo de obras na área, que vem crescendo consideravelmente em virtude da política de expansão do acervo da Biblioteca da FAFICH levada a cabo pela Direção da faculdade nos últimos anos e da criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFMG. Ainda assim é desejável, sobretudo no caso da Arqueologia, um investimento mais efetivo na publicação de traduções brasileiras de textos clássicos e contemporâneos na área, o que pretendemos viabilizar também com recursos destinados ao curso pelo projeto do REUNI. Quanto ao corpo docente, a UFMG conta atualmente com 7 (sete) antropólogos sociais e 3 (três) arqueólogos, todos doutores formados nos principais centros do país e do exterior com experiência docente e variada experiência de pesquisa. Além disso, há professores de outros departamentos ou faculdades que irão participar do curso ofertando disciplinas obrigatórias ou optativas, como são os casos da filosofia, da sociologia, da história, das ciências sócio-ambientais e das letras. O projeto do curso prevê ainda a contratação de novos professores. O curso foi concebido para funcionar, no limite, com o número de novas vagas de professores originalmente destinado ao curso pelo projeto REUNI, a saber, 6 (seis) vagas. Estas vagas serão destinadas a concursos para as áreas de antropologia social e de arqueologia. Tendo em vista, entretanto, os demais projetos em que os professores de antropologia e arqueologia estão envolvidos (graduação em ciências sociais, pós-graduação em antropologia, participação em outros cursos de graduação, etc.), bem como a necessidade de abirmos o quanto antes turmas de doutorado no programa de pós-graduação em antropologia, até para que se possa otimizar a participação de alunos bolsistas da pós-graduação no novo curso de graduação em antropologia, como previsto no projeto REUNI, estamos envidando esforços junto às instâncias competentes da UFMG para que o número de vagas destinadas à antropologia e à arqueologia sejam expandidas. Quanto ao corpo técnico-administrativo, será necessário ao menos um (a) funcionário (a) para o novo colegiado do curso, com função gratificada, e ao menos uma função gratificada para o (a) coordenador (a) do Colegiado, ao que talvez caiba somar a função gratificada para o novo chefe do Departamento de Antropologia e Arqueologia cuja criação, que se encontra tramitando nas instâncias superiores, está sendo demandada à UFMG.